



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 27 de Julho de 2011 (27.07)
(Or. en)**

13295/11

**COPEN 188
EUROJUST 115
EJN 94**

NOTA

de:	Secretariado-Geral
para:	Delegações
Assunto:	Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho de 26 de Fevereiro de 2009 que altera as Decisões-Quadro 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido - Versão consolidada da certidão relativa à execução das decisões de perda

Junto se envia, à atenção das delegações, a versão consolidada da certidão relativa à execução de das decisões de perda.

CERTIDÃO

**referida no artigo 4.º da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho,
relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo
às decisões de perda**

a) Estado de emissão e Estado de execução

Estado de emissão:

Estado de execução:

b) Tribunal que proferiu a decisão de perda:

Designação oficial:

Endereço:

.....

Referência do processo:

Telefone: (indicativo nacional) (indicativo regional)

Fax: (indicativo nacional) (indicativo regional)

E-mail (se disponível):

Línguas em que é possível comunicar com o Tribunal:

.....

Contacto da(s) pessoa(s) a contactar a fim de obter informações adicionais para efeitos de execução da decisão de perda ou, se for caso disso, para efeitos da coordenação de execução de uma decisão de perda transmitida a dois ou mais Estados de execução ou para efeitos de transferência para o Estado de emissão das importâncias ou dos bens resultantes da execução (nome, título/grau, telefone, fax e, se disponível, e-mail)

.....

.....

.....

c) Autoridade competente para executar a decisão de perda no Estado de emissão [se não for o tribunal a que se refere a alínea b)]:

.....

Designação oficial:.....

.....

Endereço:.....

.....

Telefone: (indicativo nacional) (indicativo regional)

(indicativo nacional) (indicativo regional)

E-mail (se disponível):

.....

Línguas em que é possível comunicar com a autoridade competente para a execução:.....

.....

Contacto da(s) pessoa(s) a contactar a fim de obter informações adicionais para efeitos de execução da decisão de perda ou, se for caso disso, para efeitos da coordenação de execução de uma decisão de perda transmitida a dois ou mais Estados de execução, ou para efeitos de transferência para o Estado de emissão das importâncias ou bens resultantes da execução (nome, título/grau, telefone, fax e, se disponível, e-mail)

.....

.....

- d) Caso tenha sido designada uma autoridade central para a transmissão e recepção administrativas das decisões de perda no Estado de emissão:

Designação da autoridade central:

.....

.....

Pessoa eventualmente a contactar (título/grau e nome):

.....

Endereço:

.....

Referência do processo:

Telefone: (indicativo nacional) (indicativo regional)

Fax: (indicativo nacional) (indicativo regional)

E-mail (se disponível):

- e) Autoridade ou autoridades que podem ser contactadas [caso tenham sido preenchidas as alíneas c), e/ou d)]:

☐ Autoridade referida na alínea b)

Pode ser contactada em relação às seguintes questões:

☐ Autoridade referida na alínea c)

Pode ser contactada em relação às seguintes questões:

☐ Autoridade referida na alínea d)

Pode ser contactada em relação às seguintes questões:

f) Caso a decisão de perda tenha sido tomada no seguimento de uma decisão de congelamento transmitida ao Estado de execução por força da Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho, de 22 de Julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas¹, fornecer dados que permitam identificar a decisão de congelamento (datas em que a decisão foi proferida e transmitida, autoridade a que foi transmitida, número de referência, se disponível):

.....

.....

g) Caso a decisão de perda tenha sido transmitida a mais de um Estado de execução, fornecer os seguintes dados:

1 A decisão de perda foi também transmitida ao(s) seguinte(s) Estado(s) de execução (país e autoridade):

.....

.....

¹ JO L 196 de 2.8.2003, p. 45.

2. A decisão de perda foi transmitida a mais de um Estado de execução pelo seguinte motivo (assinalar a quadrícula adequada):

2.1. Se a decisão de perda disser respeito a um ou mais bens específicos:

- ☐ Supõe-se que diferentes bens específicos abrangidos pela decisão de perda estejam localizados em diferentes Estados de execução.
- ☐ A execução da perda de um bem específico implica que se desenvolvam acções em mais de um Estado de execução.
- ☐ Supõe-se que um bem específico abrangido pela decisão de perda esteja localizado num de dois ou mais Estados de execução especificados.

2.2. Se a decisão de perda disser respeito a uma importância em dinheiro:

- ☐ O bem em causa não foi congelado ao abrigo da Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho, de 22 de Julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas.
- ☐ O valor do bem passível de ser declarado perdido no Estado de emissão e em qualquer Estado de execução não se afigura suficiente para que o montante total abrangido pela decisão de perda possa ser executado.
- ☐ Outro(s) motivo(s) (a especificar):

.....
.....

h) Dados relativos à pessoa singular ou colectiva contra quem foi proferida a decisão de perda:

1. No caso de uma pessoa singular

Apelido:.....

Nome(s) próprio(s):

Nome de solteira (eventualmente):

Alcunhas e pseudónimos (eventualmente):.....

Sexo:.....

Nacionalidade:

Número de identificação ou número de segurança social (se possível):.....

Data de nascimento :.....

Local de nascimento:

Último endereço conhecido:.....

.....

Língua ou línguas que a pessoa compreende [quando conhecida(s)]:.....

.....

1.1. Se a decisão de perda disser respeito a um montante em dinheiro:

A decisão de perda é transmitida ao Estado de execução pelo facto de (assinalar a quadrícula adequada):

- ☐ a) – O Estado de emissão ter motivos razoáveis para crer que a pessoa contra quem a decisão de perda foi proferida possui bens ou rendimentos no Estado de execução. Nesse caso, aditar as seguintes informações:

Motivos que levam a crer que a pessoa possui bens e/ou rendimentos:

Descrição dos bens/fonte de rendimento da pessoa:

Localização dos bens/fonte de rendimento da pessoa (caso não seja conhecida, última localização conhecida):

- ☐ b) – Não existirem motivos razoáveis, referidos na alínea a), que permitam ao Estado de emissão determinar o Estado-Membro ao qual a decisão de perda pode ser transmitida, mas a pessoa contra quem foi proferida residir habitualmente no Estado de execução. Nesse caso, aditar as seguintes informações:

Residência habitual no Estado de execução:

.....

1.2. Se a decisão de perda disser respeito a um ou mais bens específicos:

A decisão de perda é transmitida ao Estado de execução pelo facto de (assinalar a quadrícula adequada):

- ☐ a) – O ou os bens específicos estarem localizados no Estado de execução. (Ver alínea i)).
- ☐ b) – O Estado de emissão tiver motivos razoáveis para crer que a totalidade ou parte do ou dos bens específicos abrangidos pela decisão está localizada no Estado de execução. Nesse caso, aditar as seguintes informações:

Motivos que levam a crer que o ou os bens específicos estão localizados no Estado de execução:

- ☐ c) – Não existirem motivos razoáveis, referidos na alínea b), que permitam ao Estado de emissão determinar o Estado-Membro ao qual a decisão de perda pode ser transmitida, mas a pessoa contra quem foi proferida residir habitualmente no Estado de execução. Nesse caso, aditar as seguintes informações:

Residência habitual no Estado de execução:
.....
.....

2. No caso de uma pessoa colectiva:

Designação:

Forma da pessoa colectiva:.....

Número de registo (se disponível)¹:.....

Sede social (se disponível) (1):.....

Endereço da pessoa colectiva:

2.1. Se a decisão de perda disser respeito a um montante em dinheiro:

A decisão de perda é transmitida ao Estado de execução pelo facto de (assinalar a quadrícula adequada):

- ☐ a) – O Estado de emissão ter motivos razoáveis para crer que a pessoa colectiva contra quem a decisão de perda foi proferida possui bens ou rendimentos no Estado de execução. Nesse caso, aditar as seguintes informações:

Motivos que levam a crer que a pessoa colectiva possui bens e/ou rendimentos:

.....

Descrição dos bens/fonte de rendimento da pessoa colectiva:

.....

Localização dos bens/fonte de rendimento da pessoa colectiva (caso não seja conhecida, última localização conhecida):

.....

¹ Caso a decisão de perda seja transmitida ao Estado de execução pelo facto de a pessoa colectiva contra a qual foi proferida ter a sede social nesse Estado, é obrigatória a indicação do número de registo e da sede social.

- ☐ b) Não existirem motivos razoáveis, referidos na alínea a), que permitam ao Estado de emissão determinar o Estado-Membro ao qual a decisão de perda pode ser transmitida, mas a pessoa colectiva contra quem foi proferida possuir a sua sede social no Estado de execução. Nesse caso, aditar as seguintes informações:

Sede social no Estado de execução:.....
.....
.....

2.2. Se a decisão de perda disser respeito a um ou mais bens específicos:

A decisão de perda é transmitida ao Estado de execução pelo facto de (assinalar a quadrícula adequada):

- ☐ a) O ou os bens específicos estarem localizados no Estado de execução.
(Ver alínea i)).
- ☐ b) O Estado de emissão tiver motivos razoáveis para crer que a totalidade ou parte do ou dos bens específicos abrangidos pela decisão está localizada no Estado de execução. Nesse caso, aditar as seguintes informações:

Motivos que levam a crer que o ou os bens específicos estão localizados no Estado de execução:

.....

- ☐ c) Não existirem motivos razoáveis, referidos no ponto 2.2.b, que permitam ao Estado de emissão determinar o Estado-Membro ao qual a decisão de perda pode ser transmitida, mas a pessoa colectiva contra quem foi proferida possuir a sua sede social no Estado de execução. Nesse caso, aditar as seguintes informações:

Sede social no Estado de execução:

.....
.....

i) Decisão de perda

A decisão de perda foi tomada em (data):.....
.....

A decisão de perda transitou em julgado em (data):.....

Número de referência da decisão de perda (se disponível):.....

1. Informações sobre a natureza da decisão de perda

1.1. Indicar [assinalando a(s) quadrícula(s) adequada(s)] se a decisão de perda diz respeito a:

Um montante em dinheiro

O montante a executar no Estado de execução com indicação da divisa (em números e por extenso):

O montante total abrangido pela decisão de perda com indicação da divisa (em números e por extenso):

Um ou mais bens específicos

Descrição do ou dos bens específico:

.....

Localização do ou dos bens específicos (caso não seja conhecida, última localização conhecida):

.....

.....

Caso a execução da perda do ou dos bens específicos implicar que sejam desenvolvidas acções em mais de um Estado de execução, descrição da acção a desenvolver:

.....

1.2. O tribunal decidiu que os bens [assinalar a(s) quadrícula(s) adequada(s)]:

- i) constituem o produto de uma infracção ou correspondem, no todo ou em parte, ao valor desse produto,
- ii) constituem os instrumentos dessa infracção,
- iii) são passíveis de perda, na sequência da aplicação no Estado de emissão de um dos poderes alargados de declaração de perda especificados nas alíneas a), b) e c). A decisão baseia-se na plena convicção do tribunal, partindo de factos específicos, de que os bens em questão resultam de:
 - a) Actividades criminosas da pessoa condenada durante um período anterior à condenação pela infracção em causa que seja considerado razoável pelo tribunal dadas as circunstâncias do caso em apreço; ou

- b) Actividades criminosas de natureza semelhante da pessoa condenada durante um período anterior à condenação pela infracção em causa que seja considerado razoável pelo tribunal dadas as circunstâncias do caso em apreço; ou
- c) Actividade criminosa da pessoa condenada, no caso de se comprovar que o valor dos bens é desproporcionado em relação aos rendimentos legítimos dessa pessoa;

iv) São passíveis de perda por força de quaisquer outras disposições sobre os poderes alargados de declaração de perda previstas na legislação do Estado de emissão.

Caso estejam envolvidas duas ou mais categorias de perda, fornecer pormenores sobre quais os bens que sejam perdidos relativamente a que categoria:

.....

2. Dados sobre a ou as infracções que deram origem à decisão de perda

2.1. Exposição sumária dos factos e descrição das circunstâncias em que a ou as infracções que deram origem à decisão de perda foram cometidas, incluindo a hora e o local:

.....
.....
.....
.....
.....

2.2. Natureza e qualificação jurídica da ou das infracções que deram origem à decisão de perda e disposição legal/código aplicável, com base na/no qual foi tomada a decisão:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2.3. Se aplicável, assinalar uma ou mais das seguintes infracções a que digam respeito a ou as infracções referidas no ponto 2.2. caso sejam puníveis no Estado de emissão com pena privativa de liberdade de duração máxima não inferior a três anos [assinalar a(s) quadrícula(s) adequada(s)]:

Participação numa organização criminosa

Terrorismo

Tráfico de seres humanos

Exploração sexual de crianças e pedopornografia

Tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas

Tráfico de armas, munições e explosivos

Corrupção

Fraude, incluindo a fraude lesiva dos interesses financeiros das Comunidades Europeias na aceção da Convenção de 26 de Julho de 1995, relativa à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias

Branqueamento dos produtos do crime

Falsificação de moeda, incluindo a contrafacção do euro

Cibercriminalidade

Crimes contra o ambiente, incluindo o tráfico de espécies animais ameaçadas e de espécies e variedades vegetais ameaçadas

Auxílio à entrada e à permanência irregulares

Homicídio voluntário, ofensas corporais graves

Tráfico ilícito de órgãos e tecidos humanos

rapto, sequestro e tomada de reféns

Racismo e xenofobia

Roubo organizado ou à mão armada

Tráfico de bens culturais, incluindo antiguidades e obras de arte

Burla

Extorsão de protecção e extorsão

Contrafacção e piratagem de produtos

Falsificação de documentos administrativos e respectivo tráfico

Falsificação de meios de pagamento

Tráfico de substâncias hormonais e de outros estimuladores de crescimento

Tráfico de materiais nucleares e radioactivos

Tráfico de veículos furtados

Violação

Fogo-posto

Crimes abrangidos pela jurisdição do Tribunal Penal Internacional

Desvio de avião ou de navio

Sabotagem

2.4 Quando a infracção ou infracções que deram origem à decisão de perda identificadas no ponto 2.2. não estiverem previstas no ponto 2.3., apresentar uma descrição completa da infracção ou infracções em causa [que deverá abranger a actividade criminosa efectivamente envolvida (designadamente por oposição às qualificações jurídicas)]:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

j) j) Processo que conduziu à decisão de perda

Indicar se a pessoa esteve presente no julgamento que conduziu à decisão de perda:

1. Sim, a pessoa esteve presente no julgamento que conduziu à decisão de perda.

2. Não, a pessoa não esteve presente no julgamento que conduziu à decisão de perda.

3. Se assinalou a quadrícula no ponto 2, queira confirmar se se verifica uma das seguintes situações:

3.1a. a pessoa foi notificada pessoalmente em ... (DD/MM/AAAA) e desse modo informada da data e do local previstos para o julgamento que conduziu à decisão de perda e informada de que essa decisão podia ser proferida mesmo não estando presente no julgamento;

OU

3.1b. a pessoa não foi notificada pessoalmente, mas recebeu efectivamente por outros meios uma informação oficial da data e do local previstos para o julgamento que conduziu à decisão de perda, de uma forma que deixou inequivocamente estabelecido que teve conhecimento do julgamento previsto, e foi informada de que podia ser proferida uma decisão mesmo não estando presente no julgamento;

OU

3.2. tendo conhecimento do julgamento previsto, a pessoa conferiu mandato a um defensor designado por si ou pelo Estado para a sua defesa em tribunal e foi efectivamente representada por esse defensor no julgamento;

OU

3.3. a pessoa foi notificada da decisão de perda em ... (DD/MM/AAAA) e foi expressamente informada do direito que lhe assiste a novo julgamento ou a recurso e a estar presente nesse julgamento ou recurso, que permite a reapreciação do mérito da causa, incluindo novas provas, e pode conduzir a uma decisão distinta da inicial, e

a pessoa declarou expressamente que não contestava a decisão;

OU

a pessoa não requereu novo julgamento ou recurso dentro do prazo aplicável.

4. Se assinalou a quadrícula no ponto 3.1b, 3.2 ou 3.3 supra, queira fornecer informações sobre a forma como foi preenchida a condição pertinente:

.....
.....

k) Conversão e transferência de bens

1. Se a decisão de perda disser respeito a um bem específico, indicar se o Estado de emissão prevê que a perda no Estado de execução assuma a forma de um pedido de pagamento de um montante em dinheiro correspondente ao valor do bem:

sim

não

2. Se a decisão de perda disser respeito a um montante em dinheiro, indicar se os bens que não sejam montantes em dinheiro, obtidos mediante a execução da decisão de perda, podem ser transferidos para o Estado de emissão:

sim

não

l) Medidas alternativas, incluindo penas privativas de liberdade

1. Indicar se a lei do Estado de emissão permite a aplicação, pelo Estado de execução, de medidas alternativas, caso não seja possível executar a decisão de perda, no todo ou em parte:

☐ sim

☐ não

2. Na afirmativa, indicar que sanções podem ser aplicadas (natureza das sanções, nível máximo das penas):

- ☐ Prisão. (Período máximo):
- ☐ Prestação de trabalho a favor da comunidade (ou equivalente) (Período máximo): ..
- ☐ Outras sanções. (Descrição):
.....

m) Outras circunstâncias pertinentes para o processo (facultativo).....
.....
.....

n) A decisão de perda vai apensa à certidão.

Assinatura da autoridade que emite a certidão e/ou do seu representante que ateste a exactidão do teor da certidão:.....

Nome:

Função (título/grau):

Data:

(event.) Carimbo oficial
